

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Sanuza Motta exhibe os produtos fitoterápicos que produz. Feira Nacional da Reforma Agrária, em SP (2023) | Imagem: [MST](#)

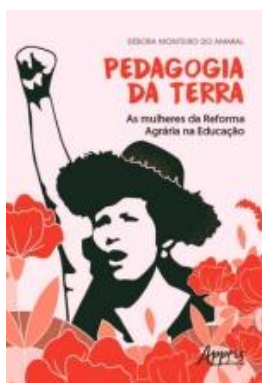
Transformação educativa no campo – Resenha de *Pedagogia da Terra: As mulheres da reforma agrária na educação*, de Débora Monteiro do Amaral

Mikaelly Jheyne Santos (CESAD/UFS)

Resumo: *Pedagogia da Terra*: as mulheres da reforma agrária na educação, de Débora Monteiro do Amaral, busca compreender os significados e práticas das pedagogas da Terra formadas pela UFSCar. Faltam legendas nos gráficos e traduções dos textos em língua estrangeira, mas o livro se destaca pela clareza metodológica, diálogo com as participantes e valorização da educação do campo.

Palavras-chave: educação do campo; história da mulher; pedagogia da terra; reforma agrária.

O livro *Pedagogia da Terra: as mulheres da reforma agrária na educação*, de Débora Monteiro do Amaral, foi lançado em 2020 pela editora Appris, com o objetivo de "compreender que significados as pedagogas da Terra formadas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) atribuem para a sua vida e para a sua prática profissional [...] e, ainda, identificar e analisar processos educativos na prática dessas Pedagogas da Terra, bem como as facilidades e dificuldades encontradas por elas na sua atuação profissional (p. 11).



Débora Monteiro do Amaral é doutora, mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, na linha de pesquisa "Práticas Sociais e Processos Educativos". Atua como docente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ela coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo do Espírito Santo (GEPECES) e integra o Comitê Estadual de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES).

O livro em questão divide-se em uma introdução, cinco capítulos e possui 209 páginas. Na apresentação, a autora compartilha sua vivência acadêmica e os motivos que a levaram a pesquisar as mulheres da reforma agrária. Nesse momento, também informa o objetivo central da obra. Na introdução, a autora apresenta conceitos importantes para o entendimento dos demais capítulos, como os de classes sociais, de educação e de educação do campo. As fontes da pesquisa são os depoimentos de sete mulheres que vivem em assentamentos no estado de São Paulo e que são egressas do curso superior em Pedagogia da Terra da UFSCar.

No primeiro capítulo, a autora explora a concepção de educação do campo, destacando sua diferença em relação à educação rural, que segue modelos urbanos. Ela informa que a educação do campo possui engajamento político, integrando práticas educativas com teoria, respeitando as vivências das aulas e exigindo professores politicamente comprometidos. Nessa abordagem, conteúdo e método têm a mesma relevância, sendo interdependentes na construção do conhecimento, respeitando a curiosidade, a linguagem e as experiências dos estudantes. Para isso, são necessários professores engajados e o fornecimento de material didático-pedagógico específico. O capítulo também aborda a história da primeira turma de Pedagogia da Terra da UFSCar, formada em 2008, que surgiu de uma demanda popular e passou por um processo seletivo para educadores e moradores de assentamentos, com participação de movimentos sociais como o MST.

No segundo capítulo, a autora detalha a metodologia da pesquisa, explicando a escolha pelo referencial da educação popular de Paulo Freire para a análise qualitativa dos dados. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas após a conclusão do curso. A análise baseou-se na análise de conteúdo, com leitura dialogada das falas. A autora destaca sua motivação em trabalhar com sujeitos historicamente invisibilizados, acreditando que caminhar ao lado deles é um caminho para transformar uma sociedade excludente. Além disso, são apresentados os conceitos freirianos que fundamentaram o trabalho: consciência, unidade na diversidade, respeito às diferenças culturais, conscientização, diálogo, dialogicidade e saber da experiência. Os relatos das colaboradoras sobre suas trajetórias escolares também compõem o capítulo. A análise dos dados seguiu quatro etapas: transcrição e leitura das entrevistas, identificação de temas, diálogo entre as falas e as percepções da autora, devolutiva às participantes e, por fim, a análise articulada ao referencial teórico.

No terceiro capítulo, a pesquisadora discute a construção social de gênero e as transformações nos papéis de homem e mulher, destacando como classe e raça influenciam

essas mudanças. Ela traça uma linha do tempo do capitalismo e seu impacto no trabalho feminino, abordando o julgamento negativo sofrido pelas mulheres que trabalhavam fora de casa, vistas como mães e esposas ruins. A autora também analisa a opressão das mulheres ao longo da vida adulta e a luta para conquistar direitos, como o reconhecimento do trabalho no campo. As mulheres rurais, além das tarefas domésticas, organizam-se em movimentos como a Via Campesina e o sindicalismo rural, buscando melhores condições de vida e trabalho. O capítulo ainda destaca as dificuldades enfrentadas pelas mulheres militantes, como o risco de não encontrarem apoio doméstico ao se engajarem na luta. Embora as mulheres camponesas tenham maior escolaridade, enfrentam salários menores e menos acesso a cargos permanentes. A autora refuta a ideia, presente entre muitos assentados, de que as mulheres são privilegiadas por se dedicarem apenas aos estudos. Ela mostra que essas pessoas desconsideram as atividades domésticas realizadas por essas mulheres, não as reconhecendo como trabalho, e ignoram que as camponesas frequentemente abandonam os estudos para cuidar dos filhos e dos maridos, só retornando depois, quando já não são mais tão necessárias, como ocorre com várias estudantes da Pedagogia da Terra da UFSCar.

O quarto capítulo da obra mostra a trajetória das sete mulheres até o ensino superior, os conflitos familiares, as contribuições da pedagogia da terra para o entendimento dos elementos e do contexto da reforma agrária. Examina a influência deste fenômeno no ativismo das mulheres e na conscientização pela luta em favor de melhorias nos seus assentamentos. As mulheres também relataram algumas dificuldades enfrentadas após a formação, como as diferenças sociais, econômicas e culturais de se trabalhar em escolas urbanas públicas ou privadas, as dificuldades em lidar com a gestão escolar das escolas do campo que elas próprias estão gerindo e a falta de emprego. Também apresentam as novas perspectivas proporcionadas pelo curso, a intenção de continuar estudando, de influenciar outras pessoas a seguirem na área da educação do campo, de obter um maior conhecimento sobre o local onde moram, compreender o processo político e social da Reforma Agrária e conquistar seu lugar nos espaços públicos.

No último capítulo, a autora recupera de modo sintético os métodos, fontes e justificativas do trabalho e expõe os dados obtidos a partir das entrevistas. Afirma que, por serem mulheres na reforma agrária, elas precisam lutar desde cedo para terminar os estudos e para romper com modelos tradicionais de sociedade que as isolam em espaços domésticos ou outros espaços privados que retêm os sonhos dessas mulheres. A autora ainda declara que o caráter político da formação do curso de pedagogia da Terra auxilia na conscientização das mulheres que dele participam e na sua vontade de contribuir mais em seus assentamentos para a educação, ensinando e motivando as pessoas a buscarem seus sonhos e a estudarem. A pesquisadora constatou que o diploma de curso superior permitiu a essas mulheres oportunidades no mercado de trabalho. Para as que já atuavam na educação, a formação possibilitou repensar as práticas e ampliar sua atuação em termos de cultura, educação, lazer e saúde em seus acampamentos, além de se tornarem referência em suas comunidades. Também permitiu uma maior conscientização de que a Reforma Agrária não significa apenas a conquista da terra, mas também a garantia de todos os direitos básicos do cidadão, como saúde, cultura, moradia e a educação de qualidade.

Encerrada a descrição da obra, passamos à atribuição de seu valor. Entre os aspectos negativos, podemos pontuar que as citações em língua espanhola apresentadas no texto não possuem tradução, o que dificulta sua plena interpretação e entendimento. Outro ponto negativo são os gráficos que, sendo elementos importantes presentes em alguns momentos do texto, não trazem legendas descritivas, com exceção do gráfico n. 1. Esta ausência pode dificultar a compreensão da mensagem por parte do público leigo.

Dos elementos positivos destacamos o fato de a autora expor, já em sua apresentação, o objetivo do livro de forma clara. Conforme o texto avança, alguns nomes ainda aparecem por extenso ao lado das siglas, facilitando a memorização do leitor. A autora revela também as perspectivas próprias de educação para os agentes do campo antes de explicitar as diferenças entre o curso superior de Pedagogia da Terra e os cursos convencionais de Pedagogia, o que nos permite compreender melhor as dinâmicas e metodologias de cada um. As falas das próprias educandas sobre o processo de formação e sua importância, transcritas sem alterações, permitem observar de modo contundente a relevância do processo, as dificuldades enfrentadas e superadas, bem como suas perspectivas em relação à educação e ao futuro de seus movimentos sociais.

Destacamos ainda que todos os aspectos, incluindo visitas, contatos por e-mail e escolhas de referencial teórico, foram detalhados, o que facilita ao leitor o entendimento de todas as fases de uma pesquisa científica. A autora aponta a falta de escolas nos assentamentos e indica políticas públicas necessárias para que a educação escolar nesses locais seja efetivamente realizada.

Enfatizamos por fim, a dialogicidade entre as falas das pedagogas da terra e da pesquisadora, a clareza e o alinhamento entre elas e o respeito aos conhecimentos, ideias e sentimentos das educandas. Esta atitude confirma o ideal teórico utilizado pela autora de que todos os saberes são importantes e merecem ser reconhecidos, sendo no diálogo que se constroem novos conhecimentos.

Ao final, podemos afirmar que a autora cumpriu plenamente os objetivos propostos, na medida em que explicitou os significados que as pedagogas atribuem às próprias vidas pessoais e profissionais, descrevendo e analisando os processos pedagógicos do curso de Pedagogia da Terra, bem como as facilidades e dificuldades encontradas em sua atuação profissional. Trata-se, portanto, de uma obra fundamental para a formação de professores, especialmente daqueles que atuam em escolas rurais e do campo, devendo ser lida por licenciandos em Pedagogia, profissionais de diversas áreas que atuam no campo e pela sociedade.

Referências

AMARAL, Débora Monteiro do. *Pedagogia da Terra: as mulheres da reforma agrária na educação*. Curitiba: Appris, 2020.

Sumário de *Pedagogia da Terra: as mulheres da reforma agrária na educação*

Introdução

1. A educação no e do campo: um movimento de demarcação de território
2. Inspirações em Paulo Freire e a educação popular na pesquisa
3. A mulher na sociedade e as novas relações estabelecidas
4. No espiral da vida: reflexões em torno do ser pedagogo na terra
5. Denúncias, anúncios e sonhos

Referências

Apêndices

Resenhista



Mikaelly Jheyne Santos é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3640942264049100>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1055-2594>; e-mail: mikajheyne@gmail.com.

Para citar esta resenha

AMARAL, Débora Monteiro do. *Pedagogia da Terra: as mulheres da reforma agrária na educação*. Curitiba: Appris, 2020. 202 p. Resenha de: SANTOS, Mikaelly Jheyne. Transformação educativa no campo. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 5, n. 26, p. 43-47, nov./dez., 2025.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).